

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo

Class.: 24

Data: 03.08.85

Pg.: _____

Bispos movem ação popular por índios contra Governo

BRASILIA — Pela primeira vez, a Igreja decidiu lutar judicialmente contra o Governo em defesa de terras indígenas. Ontem, quatro Bispos da Amazônia legal e três membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ingressaram com ação popular na Justiça federal, contra a Petrobrás e Funai que, em novembro de 1982, fizeram um convênio para pesquisas geológicas a fim de descobrir se há petróleo nas áreas ocupadas por grupos indígenas arredios, no Alto Solimões (AM).

Os Bispos querem que a Justiça determine o fim das atividades da Petrobrás na região e anule o convênio celebrado com a Funai. A ação popular faz parte da campanha do Cimi em defesa da demar-

cação do parque indígena do Vale Javari e visa a garantir a própria sobrevivência dos índios, ameaçada pelos desmatamentos e explosivos utilizados nas pesquisas.

A ação foi movida pelos Bispos D. Erwin Krautler, de Altamira (PA); D. Tomás Balduino, de Goiás (GO); D. Mário Neto, de Tefé (AM); e D. Domênico Marzi, de São Paulo de Oliveira (AM), além de Benedito Prezia, Antônio Brand e Macoto Kameyama, membros do Cimi, através dos advogados Paulo Matta Machado e Paulo Guimarães.

Segundo eles, a autorização dada pela Funai viola dispositivo constitucional que diz que os índios são titulares do usufruto legal das terras que habitam. E as pesquisas, acrescentam, feitas por empresas es-

trangeiras contratadas pela Petrobrás, têm causado conflitos entre os índios e trabalhadores, além de servirem de estímulo à invasão do território indígena por madeireiros e empresas que desenvolvem atividades extrativistas.

Dois funcionários da Petrobrás, um seretanista da Funai e um empregado de empresa estrangeira já foram mortos pelos índios desde a ocupação de suas terras. Segundo os Bispos, a Petrobrás tem feito vôos rasantes de helicópteros sobre as malocas e utilizando explosivos na pesquisa do subsolo, atemorizando os índios. Além disso, a explosão tem espantado a caça, único meio de sobrevivência dos grupos indígenas.

Mato Grosso solta jesuíta preso com índios rikbatsas

CUIABÁ — "Foi a operação vergonha da Funai da Nova República". Assim reagiu o missionário jesuíta Balduino Loebens, da Missão Anchieta, ao ser liberado depois de ficar dois dias detido pela Polícia Militar de Mato Grosso, que na quarta-feira, além de prendê-lo obrigou os 50 índios rikbatsas que desde o dia 8 de maio ocupavam três fazendas, no município de Juara, a se retirarem. O jesuíta foi solto ontem, cedo, diante da forte reação dos Bispos de Mato Grosso, liderados pelo Arcebispo de Cuiabá, Dom Bonifácio Piccinini, e por Dom Henrique Froelich, da Diocese de Diamantino, à qual o padre jesuíta está ligado. Piccinini interpelou o Secretário de Segurança sobre o motivo da prisão do padre.

O Secretário Oscar Travassos explicou ontem que a operação de retirada dos índios fora autorizada pelo Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, com base nas informações e denúncias feitas pelo antropólogo Célio Horst, que esteve três vezes na área do Japuira, pretendida há muitos anos pelos índios rikbatsas.

Na primeira vez, segundo revela o missionário jesuíta, que atua desde 72 entre os índios de Mato Grosso, o antropólogo Célio Horst esteve sozinho e foi bem tratado pelos índios, com os quais até participou de uma pescaria. Na segunda vez, dia 27, o antropólogo voltou acompanhado de 12 policiais militares e, na quarta-feira, dia 31, com 40 policiais militares, além de prenderem o Padre Balduino e trazê-lo algemado para Cuiabá, obrigaram os 50 índios, entre adultos e crianças, a deixarem as sedes das fazendas.

Balduino Loebens denunciou que a operação comandada pelo Tenente Altair Magalhães, do Comando de Policiamento

do Interior, Polícia criada no ano passado para reprimir conflitos de terras em Mato Grosso, foi totalmente custeada pelos proprietários da fazenda. "Eles forneceram tudo, de aviões para transportar os policiais, a barcos e voadeiras (lanchas), além de alimentação, estada e até cerveja para os 40 ou 50 homens da Polícia, que estavam armados de fuzis e metralhadoras".

“Dá para entender por que o Governador Júlio Campos diz que em Mato Grosso índio é um caso de Polícia”

BALDUÍNO LOEBENS, Missionário jesuíta

O missionário conta ainda que, quando os 50 índios viram o comando policial, fugiram para o mato e três líderes do grupo resolveram receber os policiais. Segundo o relato de Balduino, o comandante da operação ordenou aos índios que entregassem as armas — algumas espingardas de caça, arcos, flechas e bordunas. Como os índios fugiram para o mato, os policiais provocaram um incêndio, o que obrigou-os a saírem para a estrada.

Em Brasília, o Presidente da Funai, Gerson Alves, vai apurar, segundo seus assessores, a responsabilidade do indigenista Célio Horst na prisão do padre je-

suíta Balduino Loebens. Segundo a Assessoria de Imprensa, o funcionário foi enviado ao local "apenas com o propósito de oferecer apoio e proteção aos índios".

O Cimi anunciou que vai entrar com uma representação judicial, por abuso de autoridade, contra o Secretário de Segurança, Oscar Travassos, por ter determinado a prisão sem ordem judicial e sem flagrante de delito, além de ter mantido o jesuíta incomunicável.

— Realmente, depois dessa operação policial-militar dá para entender por que o Governador Júlio Campos diz pelo Brasil a fora que em Mato Grosso o índio é caso de Polícia, como ele afirmou recentemente para empresários paulistas, em Sorocaba afirmou Loebens.

No entanto, o missionário jesuíta atribui maior culpa à Funai, que "sendo um órgão tutor de defesa dos interesses das comunidades indígenas, inverte os papéis e, em vez de ouvir os índios, requisitou, pela primeira vez, força policial-militar para desestabilizar um simples movimento de reivindicação do povo rikbatsa, que luta há mais de 20 anos pela demarcação de suas terras, segundo a sua aspiração e a sua vontade."

Balduino diz que os índios rikbatsas não estão num estágio que precise que alguém de fora faça as coisas por eles. "Os rikbatsas são hoje um povo consciente de seus direitos e que assumem sua identidade cultural. Por isso, a Funai precisa definir, de uma vez, de que lado ela está: se dos lados dos índios ou dos fazendeiros", afirmou Loebens, que pretende voltar à área para continuar seu trabalho de atendimento aos mesmos índios.